



PROCESSO Nº 17/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2017

O MUNICÍPIO DE LAGES / SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, torna público que fará realizar às **13:30 horas** do dia **15 de dezembro de 2017**, licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preços, **Pelo Menor Preço Por Item**, regida pela Lei nº 10.520/02, pela Lei Complementar nº 123/06 e Alterações Posteriores, pelo Decreto 7.892/2013 e por este Edital, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 e Diplomas Complementares destinado à Aquisição de Produtos Químicos, sendo os produtos pertinentes aos itens 1, 2, 3 e 5 acompanhados dos respectivos equipamentos em caráter de Comodato, para o Tratamento da Água - exercício 2018.

1. DO OBJETO:

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Produtos Químicos, sendo os produtos pertinentes aos itens 1, 2, 3 e 5 acompanhados dos respectivos equipamentos em caráter de Comodato, para o Tratamento da Água - exercício 2018, em conformidade com o prescrito no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

2. DA RETIRADA DO EDITAL:

2.1 Far-se-á de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 18:00 horas, no Setor de Licitações e Contratos, à Rua Benjamin Constant nº 13, Lages, SC, ao custo de R\$ 10,00, mediante a entrega de comprovante de depósito em conta, efetuado na Caixa Econômica Federal, Operação 006, Agência 0420, Conta nº 4-6, em nome da Prefeitura ou pelo site www.lages.sc.gov.br, **sem ônus**.

3. DO(S) PEDIDO(S) DE ESCLARECIMENTO(S):

3.1 Esclarecimentos a respeito de dúvidas de caráter técnico e de interpretação dos termos do Edital deverão ser formalizados, obrigatoriamente, por escrito e endereçados à Secretaria de Administração aos cuidados do Pregoeiro, devidamente protocolizados no setor competente, podendo, para efeito de agilização, ser transmitidos via e-mail licita3@lages.sc.gov.br, em até no máximo 03(três) dias antes da abertura do certame, com a remessa do original via registro postal;

3.2 Outras informações pelo telefone: (49) 3221-1169.

4. DO(S) PRAZO(S):

4.1 De Início: contar-se-á da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, decorrente;

4.2 De Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

4.3 De Entrega(s) e Local(is): em até 07 (sete) dias, incluindo descarregamento, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões) da SEMASA, em local a ser indicado pela Secretaria;

4.5 De Instalação dos equipamentos em comodato: em até 10 (dez) dias, a contar da(s) solicitação(ões) da SEMASA;

4.6 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para posteriormente passar recibo definitivo, se aprovado;

4.7 Da Ata de Registro de Preços: sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

5. DO(S) PAGAMENTO(S):

5.1 Será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias, à vista da(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) decorrente(s), nos termos do art. 40, XIV, “a” da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

5.2 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo.



6. DA REVISÃO DOS PREÇOS:

6.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

6.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

6.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

6.4 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

6.5 Caso o Município de Lages já tenha emitido a Nota de Empenho respectiva, para que a Empresa realize a entrega do(s) produto(s), e a Empresa ainda não tenha solicitado a revisão de preços, esta não incidirá sobre o pedido já formalizado e empenhado;

6.6 O Município de Lages terá o prazo de até 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos. Durante esse período a Empresa deverá efetuar a(s) entrega(s) do(s) pedido(s) pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que a revisão seja julgada procedente pelo Município;

6.7 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira é o IGP-M, em conformidade com art. 55, III da Lei 8.666/93.

7. DA VALIDADE DA PROPOSTA:

7.1 O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data definida para abertura do certame.

8. DO VALOR ESTIMADO:

8.1 O objeto desta licitação será contratado com recursos próprios, provisionados na conta: 24.01.2.703 – Operação e Manutenção do Sistema de Água e Esgoto; Código de Despesa nº 06, Elemento de Despesa nº 33903011, ano base 2018;

15.2 As despesas correrão nos exercícios futuros, às contas das dotações orçamentárias próprias para atender as despesas da mesma natureza;

15.3 Valor Estimado, Máximo: R\$1.741.230,00 (um milhão, setecentos e quarenta e um mil, duzentos e trinta reais).

9. DA PARTICIPAÇÃO:

9.1 Poderão participar da presente licitação Empresas, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, legalmente constituídas no ramo de atividade do objeto, que satisfaçam as condições do presente Edital;

9.2 Não poderão participar Empresas que estejam sob processo de falência, ou concordata ou em regime de recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, liquidação ou tenham sido suspensas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, Direta ou Indireta, de qualquer dos poderes, da União, dos Estados e dos Municípios, desde que o ato tenha sido publicado em imprensa oficial, pelo órgão autor da sanção ou Responsável;

9.3 A participação na presente Licitação, enseja a aceitação plena das condições prescritas neste Edital e em seu(s) anexo(s).



10. DO CREDENCIAMENTO:

10.1 Fica a critério do Licitante se fazer representar ou não na sessão;

10.2 O titular se investido de poderes, se fará representar, apresentando cópias autenticadas do Ato Constitutivo/Estatuto/Contrato Social e da cédula de identidade, ou de outro documento reconhecido legalmente, que o identifique;

10.3 O Licitante se desejar, poderá também ser representado por preposto, devidamente credenciado, através de declaração ou instrumento procuratório, com firma reconhecida em cartório, acompanhado de cópias autenticadas da cédula de identidade do Outorgado e do Ato Constitutivo do Outorgante, conferindo poderes para formulação de lances e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

10.4 A pessoa física ou jurídica poderá representar mais de um Licitante, desde que não concorram entre si no mesmo item/lote;

10.5 O não comparecimento do titular e/ou do representante credenciado na sessão de abertura não enseja a INABILITAÇÃO, nem a DESCLASSIFICAÇÃO do Licitante;

10.6 O Licitante que não se fizer representar, fica automaticamente impedido de participar da fase de competição com lances verbais e de se manifestar motivadamente sobre os atos da Administração, decaindo, em consequência, do direito de interpor recurso;

10.7 Far-se-á o credenciamento, antecedendo a abertura dos envelopes, devendo a documentação pertinente, ser envelopada em separado dos demais documentos ou entregue em mão.

11. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

11.1 Deverão ser entregues 02 envelopes separados, indevassáveis, lacrados em seus fechos, cada um deles com identificação clara do proponente referente à licitação, como segue:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12. DA ENTREGA DOS ENVELOPES:

12.1 Os envelopes: nº 01 – Proposta e nº 02 – Documentação de Habilitação poderão ser entregues no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura, à Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages – SC, até as **13:30 horas** do dia **15 de dezembro de 2017**;

12.2 Poderão também, sê-los remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso;

12.3 Podem ainda, ser entregues pessoalmente ao Pregoeiro ou para um Membro da Equipe de Apoio, até a hora e dia marcado para abertura dos envelopes, não sendo admitida qualquer tolerância após o horário estabelecido para o início do certame.

13. DA SOBRESCRICÇÃO DO ENVELOPE Nº 01

Sr. Pregoeiro

Empresa:

Referente ao Edital de Pregão Presencial nº **09/2017**.

Abertura às **13:30 horas** do dia **15 de dezembro de 2017**.

Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, CEP 88501-900, Lages, SC.

Proposta

14. DA PROPOSTA:

14.1 Ser formulada de preferência em papel timbrado da empresa, apresentada em uma via, constando o nome, endereço completo e carimbado com a Razão Social;

14.2 Ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, sem emendas, sem ressalvas e sem entrelinhas;

14.3 Conter a(s) assinatura(s), a(s) qual(is) deverá(ão) ser identificada(s) fazendo-se constar a qualificação do(s) signatário(s) e o cargo que exerce (Diretor, Gerente, e/ou Procurador);



14.3.1 Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante legal do licitante devidamente identificado;

14.3.2 Na hipótese prevista no subitem anterior, estando presente o representante legal na sala onde estão sendo abertos os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade através de procuração com poderes específicos inerentes ao presente Pregão, a falta da assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato;

14.4 Estar com todas as vias rubricadas e a última assinada em seu desfecho, pelo signatário da autora;

14.5 Ter validade de no mínimo 60 dias;

14.5.1 Na hipótese de o prazo de validade estar omitido na proposta, esta será considerada válida por 60 (sessenta) dias;

14.6 O(s) produto(s) deverá(ão) ser cotado(s) e descrito(s) com marca e com as especificações necessárias para facilitar sua identificação com os requisitos constantes do Edital;

14.7 O(s) preço(s) deverá(ão) ser cotado(s) por item, em moeda nacional, com duas casas decimais depois da vírgula e nele(s), deverá(ão) estar incluído(s) toda incidência de impostos, transportes, custos diretos e indiretos relativos ao presente objeto, inclusive todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou quaisquer outros custos decorrentes ou que venham a ser devidos em razão do objeto deste Edital;

14.8 Estar acompanhada:

14.8.1 Da Declaração de que correrão por conta, quaisquer outras despesas não incluídas na cotação do(s) preço(s) do(s) produto(s) licitado(s);

14.8.2 Da Declaração de que aceitam as condições impostas por este edital e que se submetem ao disposto pela Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

14.8.3 Da Declaração de que o(s) produto(s) a ser entregue(s) ficará(ão) sob a sua inteira responsabilidade, até a entrega definitiva;

14.8.4 Da Declaração de que cumprem plenamente as condições estabelecidas para efeito de habilitação, nos termos do disposto no inciso VII, do artigo 4º da Lei 10.520/02;

14.8.5 Da Declaração de que se enquadram ou não na condição de ME ou EPP, nos termos da LC 123/2006 e Alterações Posteriores;

14.8.6 Da declaração de que possui capacidade de fornecimento para a SEMASA, de no mínimo:

a) PAC: 30.000 (trinta mil) quilogramas por mês;

b) Cloro: 3.600 (três mil e seiscentos) quilogramas por mês;

c) Flúor: 10.000 (dez mil) quilogramas por mês;

d) Geocálcio: 30.000 (trinta mil) quilogramas por mês;

14.8.7 Da Declaração de que, se sagrada vencedora, se compromete a providenciar em regime de comodato:

14.8.7.1 Ao Item 01 - Cloro Gás:

a) A Readequação da sala de cloro gás para uma estação de tratamento de água de 650L/s conforme normas de segurança, um sistema moderno de clorador completo de acordo com as descrições: Projeto de readequação de acordo com a casa de cloro SEMASA; Berço para acomodação dos cilindros com roletes; manifold completo; conector flexível em cobre; abraçadeiras “yoke”; rotâmetro; válvulas reguladoras; 2 bombas dosadoras 4cv on/off; treinamento aos operadores; manutenção preventiva semestral de todos os equipamentos; e outros itens básicos para o perfeito funcionamento do sistema;

14.8.7.2 Ao Item 02 - Ácido Fluossilícico:

a) (01) um tanques cilíndricos verticais com fundo cônico em fibra de vidro, com capacidade unitária de 14,0 m³, dotados de tampa superior, com escada marinheiro de acesso ao topo, plataforma e guarda corpos de acordo com as normas de segurança;

14.8.7.3 Ao item 03 - Policoreto de Alumínio Catiônico:

a) (02) dois tanques cilíndricos verticais com fundo cônico em fibra de vidro, capacidade unitária de 12,5 m³, dotados de tampa superior, com escada marinheiro de acesso ao topo, plataforma e guarda corpos de acordo com as normas de segurança;

b) (02) duas bombas dosadoras (diafragma, 5mca, 220/380 V, com saída e entrada de 4 a 20 mA) vazão de 70 l/h cada uma com inversor de frequência;



- c) 01 (uma) bomba centrífuga de 2 cv com inversor de frequência (para limpeza dos tanques);
- d) (02) dois indicadores e medidores de nível ultrassônico para os reservatórios de 12,5 m³;
- e) (01) um painel de comando elétrico;
- f) Materiais necessários para o funcionamento dos sistemas de dosagem e limpeza, como por exemplo, mangueiras, tubos em PVC, mangotes, válvulas, registros, abraçadeiras, cabos elétricos, conexões entre outros;

14.8.7.4 Ao item 05 - Hidróxido de cálcio em Suspensão aquosa:

- a) (01) um reservatório vertical de fundo elíptico em fibra com capacidade de 34 m³ com sistema de homogeneização (eixo e pás) ;
- b) (01) um motoredutor VF150 F1 1/40 P132 B5 + BE 132MA4 - 10.0CV 4 POLOS 220/380/440/760 VOLTS, com inversor de frequência;
- c) (02) duas bombas dosadoras tipo helicoidal vazão de 10 a 150 l/h cada uma com inversor de frequência;
- d) (01) uma bomba centrífuga de 2cv ;
- e) (01) um indicador de nível para o reservatório de 34 m³;
- f) (01) um sensor de nível ultrassônico;
- g) (01) um painel de comando elétrico;
- h) Materiais necessários para o funcionamento dos sistemas de dosagem, homogeneização e limpeza, como por exemplo, mangueiras, tubos em PVC, abraçadeiras, cabos elétricos, conexões entre outros, que deverão ser entregues e estar operando no prazo máximo de 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato;
- i) Deve ser realizada visita técnica na Estação de Tratamento de Água de Lages, a fim de verificar outras variantes como o local onde será instalado o tanque e tirar medidas reais disponíveis.

NOTAS:

- **Para se servir da segurança que o procedimento oferece, e em consequência a agilizar o cadastramento das propostas com a eficiência que o expediente requer, postula-se para que a proposta seja enviada por meio do arquivo BETHA AUTO-COTAÇÃO, o qual encontra-se disponibilizado no site do Município, juntamente com o Edital;**

- O pendrive/CD com os dados gravados deverá estar inserido juntamente com a proposta no Envelope nº 01 ou entregue em mãos juntamente com os envelopes;

- No caso de dificuldade de leitura do meio magnético utilizado, será facultado o prazo de 10 minutos à empresa para adequar o meio utilizado ou encaminhar a proposta e planilha por e-mail.

OBS: Anexar, preferencialmente na Proposta, Declaração formal, indicando o endereço, número de telefone da Empresa, bem como, o nome, o nº do RG e o cargo do titular que a representará no contrato decorrente, se vencedora.

15. DA SOBRESCRITURA DO ENVELOPE Nº 02

Sr. Pregoeiro

Empresa:

Referente ao Edital de Pregão Presencial nº 09/2017.

Abertura às **13:30 horas** do dia **15 de dezembro de 2017**.

Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, CEP 88501-900, Lages, SC.

Documentação de Habilitação

16. DA HABILITAÇÃO:

16.1 DA REGULARIDADE JURÍDICA:

16.1.1 Cópia do Contrato Social e Alterações posteriores, ou Cópia da última Alteração Consolidada e das alterações subsequentes, registrados na Junta Comercial do Estado; em se tratando de Firma Individual o Registro Comercial e no caso de Sociedade por Ações o Ato Constitutivo/Estatuto acompanhado da Ata da Assembléia que elegeu a diretoria em exercício;



16.1.2 Comprovação da condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, através da Certidão Simplificada atualizada (no máximo 60 (sessenta) dias da data da abertura da licitação) expedida pelo Registro competente, para fins de aplicação dos procedimentos definidos na LC nº 123/06 e Alterações Posteriores.

16.2 DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

16.2.1 Cópia do CNPJ;

16.2.2 Cópia do Cadastro Municipal ou Estadual de Contribuintes, se houver;

16.2.3 Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal do Domicílio Sede do Licitante;

16.2.4 Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

16.2.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Dívida Ativa da União e Previdenciária, compreendendo os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

16.2.6 Prova de Regularidade com FGTS;

16.2.7 Prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43.

16.3 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

16.3.1 Prova de registro e regularidade da Empresa e de seu(s) Responsável(is) Técnico(s) emitido pelo Conselho Regional de Química, com jurisdição no Estado em que for sediada a Empresa Proponente, em vigência na data de abertura do certame;

16.3.2 É facultado aos Licitantes, realizar visita ao local dos serviços, para inteirar-se das reais condições e peculiaridades inerentes a sua natureza. A Visita deverá ser previamente agendada, na SEMASA, pelo telefone: (49) 3225-1303;

16.3.2.1 Caso o Licitante não se predisponha a realizar visita, deverá apresentar, em substituição ao Atestado de Visita, declaração formal assinada pelo Representante legal da Empresa, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o Município;

16.4 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL:

16.4.1 Comprovar que possui em seu quadro de pessoal, na data da entrega dos envelopes, técnico responsável com formação em Engenharia Química, devidamente inscrito no conselho competente;

16.4.2 Comprovar que o(s) Profissional(is) indicado(s), pertence(m) ao quadro de pessoal da Empresa, mediante apresentação da ficha de registro de empregados, autenticada junto a D.R.T. – Delegacia Regional do Trabalho, ou cópia da Carteira Profissional contendo as respectivas anotações de contrato de trabalho, constando a admissão do responsável técnico até a data da entrega da proposta, ou Contrato específico de prestação de serviços e/ou no caso do profissional ser sócio da empresa, pela cópia do contrato social;

16.4.3 Na inviabilidade de comprovar que o(s) Profissional(is) indicado(s) pertence(m) ao quadro de pessoal da Empresa, apresentar termo de compromisso, comprometendo-se a contratá-lo(s) até a data da assinatura do contrato, se vencedora;

16.5 DA QUALIFICAÇÃO OPERACIONAL DO LICITANTE:

16.5.1 Comprovar através de atestado(s) passado(s) por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, em nome do Licitante, o fornecimento de produto similar e compatível com o do objeto licitado;

16.5.2 **Para a empresa que cotar o item 05:** Comprovar através de atestado(s) passado(s) por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, em nome do Licitante, o fornecimento de Hidróxido de cálcio em suspensão compatível com a ABNT 15784/2017 E Portaria nº 2914/11 do MS;



16.6 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

16.6.1 Certidão negativa de Pedido de Concordata ou de Falência, ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida há menos de 60 (sessenta) dias.

16.7 OUTROS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:

16.7.1 Declaração formal, assinada por representante legalmente constituído, de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

16.7.2 Declaração formal, assinada por representante legalmente constituído, de que não pesa contra si declaração de inidoneidade, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei.

NOTAS:

- A certidão que não contar com validade expressa será considerada válida por 60 (sessenta) dias, contados da data da sua emissão, exceto as extraídas pela Internet e a Certidão Simplificada, expedida pela Junta Comercial do Estado;
- Na hipótese de documento emitido via internet estar com a validade expirada ou, de xerox apresentada sem autenticação, fica facultado ao Pregoeiro, consultar sua regularidade via site, bem como, proceder a autenticação mediante apresentação da via original, durante a sessão;
- Todas as xerocópias deverão estar autenticadas, exceto as extraídas pela Internet;
- A prestação de serviços de autenticação de documentos, internamente, fica restringida até o dia anterior ao da abertura da Sessão, exceção feita aos documentos pertinentes a credenciamento, que poderão ser realizados em até 20 minutos antes da data fatal definida para a entrega dos envelopes;
- Todos os documentos de Habilitação deverão ser inseridos no envelope nº 02; preferentemente dispostos ordenadamente, numerados sequencialmente (exemplo: 1/5; 2/5...5/5), encadernados e rubricados pelo Licitante;
- Se o Licitante responsável pelo contrato/fornecimento for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome desta;
- Se o Licitante responsável pelo contrato/fornecimento for a filial, todos os documentos deverão estar em nome desta;
- Os documentos que constarem expressamente que são válidos para todos os estabelecimentos, matriz e filiais, serão aceitos pelo Pregoeiro para efeito de julgamento, independentemente da inscrição do CNPJ do Proponente;
- Caso os documentos solicitados no subitem 16.1.1 sejam apresentados no ato do credenciamento do Representante do Licitante, fica facultada a apresentação destes no envelope nº 02.

17. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

17.1 Será(ão) aberto(s) preliminarmente o(s) envelope(s) contendo a(s) Proposta(s) de Preço(s), que deverá(ão) estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10%, relativamente à de menor preço;

17.2 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos;

17.3 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor;

17.4 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances;

17.5 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao Licitante, na ordem decrescente dos preços;



- 17.6 É vedada a oferta de lance com vista ao empate;
- 17.7 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do Licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo Licitante, para efeito de ordenação das propostas;
- 17.8 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o licitante para que seja obtido melhor preço;
- 17.9 Se, a proposta com menor preço cotado pertencer a ME ou EPP, será, sem meras formalidades, adjudicado a seu favor, o objeto licitado;
- 17.10 Caso a proposta mais bem classificada ou a com menor preço cotado, dependendo da forma de julgamento, não seja de ME ou EPP, e havendo proposta(s) apresentada(s) por ME ou EPP com valor igual ou superior até 5% do menor preço cotado, caracterizada(s) pelo empate ficto, proceder-se-á da seguinte forma:
- 17.10.1 Preliminarmente, selecionar-se-á a(s) proposta(s) aceita(s) de ME ou EPP, dispondo-a(s) pela ordem crescente de classificação, para efeito do exercício do direito de preferência, previsto no Inciso I do art. 45 da LC 123/2006;
- 17.10.2 Para efeito do desempate de valor(es) cotado(s) com equivalência, se houver, utilizar-se-á o critério de sorteio, para identificação do melhor preço cotado e a colocação da ME ou EPP na escala de classificação para exercer o direito de preferência, nos termos dispostos no § 2º do art. 45 da Lei 8.666/93 e no Inciso III do art. 45 da LC 123/2006, respectivamente;
- 17.10.3 Convocada a ME ou EPP mais bem classificada para exercer o direito de preferência e esta deliberar pela apresentação de novo lance com preço inferior ao menor, até então, cotado/negociado, ser-lhes-á adjudicado o objeto licitado, ficando em consequência, encerrada a fase de competição;
- 17.10.4 Convocada a ME ou EPP mais bem classificada para exercer o direito de preferência, e esta deliberar pela não apresentação de novo lance com preço inferior ao menor, até então, cotado/negociado, convocar-se-á a 2ª ME ou EPP melhor classificada, e assim sucessivamente, até a que satisfaça os requisitos requeridos, observando-se o limite das classificadas;
- 17.10.5 Se nenhuma ME ou EPP convocada, exercer o direito de preferência e/ou a que exercer, não atender as exigências editalícias, a empresa que apresentou o melhor preço/lance, será julgada a vencedora;
- 17.11 Não havendo oferta de lance(s), será verificada a conformidade da proposta inicial de menor preço e o valor estimado, se compatível, ser-lhes-á adjudicado o objeto licitado;
- 17.12 Verificada a documentação pertinente, se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o Licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, na ordem de classificação, verificando sua aceitabilidade, procedendo ao julgamento da habilitação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências do Edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor e, caso não haja manifestação motivada de intenção de recurso, a ele será adjudicado o objeto da licitação definido neste Edital e seu(s) anexo(s);
- 17.13 Sendo considerada aceitável a proposta do Licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação;
- 17.14 Em caso de o Licitante desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro o inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos Licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor;
- 17.15 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com o Licitante vencedor, com vistas a obter preço melhor;
- 17.16 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos Licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta de manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do Licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais Licitantes ficaram intimados para, querendo,



se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo;

17.17 A ausência do Licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer:

17.18 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos Licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima;

17.19 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os Licitantes presentes;

17.20 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os Licitantes presentes;

17.21 A bem dos serviços, o Pregoeiro, se julgar conveniente, reserva-se do direito, de suspender a licitação, em qualquer uma das suas fases, para efetivar as análises indispensáveis e desenvolver as diligências que se fizerem necessárias, internamente, condicionando a divulgação do resultado preliminar da etapa que estiver em julgamento, à conclusão dos serviços, via e-mail, com a remessa da original via Correio;

17.22 Não havendo pelo menos 03 (três) propostas classificadas com seus respectivos Representantes, presentes, convocar-se-á o(s) autor(es) da(s) proposta(s) com melhor(es) preço(s), até completar o número previsto de 03 (três), para oferecer lance(s), qualquer que seja(m) seu(s) valor(es), para caracterizar o princípio da competitividade.

18. DOS CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

18.1 A adjudicação se dará observando-se as condições prescritas no presente Edital e os critérios abaixo relacionados:

18.1.2 Considerar-se-á vencedor, o Licitante que apresentar a proposta mais vantajosa, de acordo com as especificações do edital e ofertar o **Menor Preço por Item**;

18.1.3 A(s) Proposta(s), depois de aberta(s), é (são) IRRENUNCIÁVEL(IS) e o(s) preço(s) depois de negociado(s), IRRETRATÁVEL(IS);

18.1.4 O(s) erro(s) de soma ou de multiplicação, em consequência o resultado do valor apurado e, outro(s) que, não desfigure(m) a validade jurídica, eventualmente configurado(s) na(s) Proposta(s) de Preço(s) do(s) Licitante(s), poderá(ao) ser devidamente corrigido(s), não se constituindo, de forma alguma, motivo para a desclassificação da Proposta;

18.1.5 Na hipótese de todas as propostas serem desclassificadas, fica facultada ao Pregoeiro, se julgado conveniente, a aplicação das disposições do Art. 48 da Lei de Licitações;

18.1.6 A adequação dos preços negociados será processada automaticamente pelo Sistema, considerando somente duas casas decimais depois da vírgula, com observância do arredondamento da fração dos decimais, para menos ou para mais.

19. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO:

19.1 Será(ão) inabilitado(s) o(s) Licitante(s) que não fornecer(em) todo(s) o(s) documento(s) exigido(s) ou se estiver(em) ilegalmente formalizado(s);

19.2 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, hipótese em que será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, desde que requerida pelo licitante, mediante justificativa;

19.3 A não regularização no prazo designado, incorre na decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, ficando facultado ao Pregoeiro, convocar a ME/EPP remanescente mais bem classificada, se houver, observando-se a ordem e o limite de classificação;



19.4 No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erro(s) ou falha(s) que não altere(m) a substância do(s) documento(s) habilitatório(s) e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhe(s) validade e eficácia para fins de habilitação;

19.5 Se, todos os Licitantes forem inabilitados, fica facultado ao Pregoeiro a aplicação das disposições do art. 48 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

20. DO DIREITO AO RECURSO:

20.1 Tendo o Licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, contará com o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso;

20.2 Os demais Licitantes, inclusive os ausentes, consideram-se intimados na sessão pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente;

20.3 A manifestação na Sessão Pública e a motivação no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade do recurso;

20.4 O recurso será endereçado à Secretaria Municipal de Administração, inexoravelmente via Setor de Protocolo, aos cuidados do Pregoeiro, acompanhado de xerox autenticada do Ato Constitutivo do Outorgante, do instrumento de procuração e do documento de identificação do Outorgado, o qual será encaminhado à Autoridade Competente, para apreciação e decisão;

20.5 O recurso administrativo encaminhado via e-mail, somente será analisado e atendido, posteriormente a recepção da via original acompanhada do documento comprovando a outorga de poderes conferidos ao signatário e da xerox do documento de identidade do Outorgado;

20.6 A Impugnação ao ato convocatório, deverá ser dirigida à Secretaria Municipal de Administração, aos cuidados do Pregoeiro, obrigatoriamente via Setor de Protocolo, acompanhada de xerox autenticada do Ato Constitutivo do Outorgante, do instrumento de procuração e do documento de identificação do Outorgado, nos termos do artigo 41 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

20.7 Acolhida a impugnação contra o presente Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas;

20.8 Não será(ao) conhecido(s) o(s) recurso(s) e/ou impugnação(ões) apresentado(s) fora do prazo legal e/ou subscrito(s) por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) REGISTRADA(S):

21.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Edital, de seu(s) Anexo(s) e da Ata de Registro de Preços, decorrente;

21.2 Assinar e devolver a Ata de Registro de Preços em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada em assinar/devolver a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a empresa às penalidades legalmente estabelecidas;

21.3 Respeitar, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, os termos do edital e de seu(s) Anexo(s);

21.4 Manter, durante toda a execução a Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;

21.5 Entregar os produtos, acompanhado(s) do Laudo de Análise, com número do Lote, com Data de fabricação e Validade;

21.6 **Das Obrigações para Item 01 - Cloro Gás:** Apresentar, em cada entrega, o certificado de conformidade da composição Físico-Química do produto;

21.6.1 A visita técnica as instalações SEMASA é opcional mediante agendamento. As intervenções civil será por conta da SEMASA e durante os 12 meses a responsabilidade de toda a instalação e equipamentos será por conta da CONTRATADA e após os 12 meses todo o sistema fará parte do patrimônio da SEMASA;



21.7 Das Obrigações para o Item 02 - Ácido Fluossilícico: Apresentar, em cada entrega, o Certificado de conformidade da composição Físico-Química do produto. Apresentar a cada 03 meses Laudo de análise nos valores máximos permissíveis, em mg/Kg, dos seguintes elementos (toxicidade): Arsênio, Prata, Selênio (Máximo de 80,0 mg/kg cada elemento), Cádmio (Máximo de 10,0 mg/kg), Chumbo (Máximo de 20,0 mg/kg), Cromo (Máximo de 30,0 mg/kg), Mercúrio (Máximo de 80,0 mg/kg), Prata (Máximo de 80,0 mg/kg) e Selênio (Máximo de 80,0 mg/kg);

21.8 Das Obrigações para o item 03 - Policoreto de Alumínio Catiônico: Apresentar, em cada entrega, o Certificado de Conformidade da composição Físico-Química do produto. Apresentar a cada 03 meses Laudo de Análise nos valores máximos permissíveis, em mg/Kg, dos seguintes elementos (toxicidade): Arsênio (máximo de 4,4 mg/Kg), Bário (máximo de 311,1 mg/Kg), Cádmio (máximo de 2,2 mg/Kg), Cromo (máximo de 22,2 mg/Kg), Chumbo (máximo de 4,4 mg/Kg), Mercúrio (máximo de 0,4 mg/Kg), Selênio (máximo de 4,4 mg/Kg), Prata (máximo de 22,2 mg/Kg);

21.9 Os materiais deverão ser entregues e estar operando no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato e de igual período para retirada no caso de mudança de fornecedor;

21.10 Durante a vigência do contrato, toda manutenção nos bens fornecidos em comodato será de responsabilidade da contratada;

21.11 A contratada tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para providenciar a manutenção, troca, reposição dos materiais, peças, componentes e semelhantes que não estejam em pleno funcionamento e que comprometam a dosagem correta do produto na água;

21.12 Serão por conta da CONTRATADA, o frete, descarregamento na obra, montagem, star-up do sistema, instalações hidráulicas e elétricas;

21.13 Serão por conta da CONTRATANTE, as obras civis, sendo a execução da base em concreto nas dimensões do projeto e cargas definidas e entregues pela Contratada;

21.14 Das Obrigações para o Item 04 – Hipoclorito de Sódio:

21.14.1 Apresentar, em cada entrega, o Certificado de Conformidade da composição Físico-Química do produto;

21.15 Das Obrigações para o item 05 - Hidróxido de cálcio em Suspensão aquosa:

21.15.1 Apresentar, em cada entrega, o Certificado de Conformidade da composição Físico-Química do produto. Apresentar a cada 06 meses Laudo de Análise nos Valores permissíveis para Dioxinas, Furanos, Impurezas Metálicas pesados, Fluoretos e Radionuclídeos de acordo com a ABNT NBR n°2914/2011;

21.15.2 Os produtos químicos para o tratamento da água, não deverão provocar alterações nos padrões de potabilidade definidos pela Portaria n° 2914 de 12/12/2011 do Ministério da Saúde ou outra que a substitua;

21.16 A contratada tem o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para providenciar a manutenção, troca, reposição dos materiais, peças, componentes e semelhantes que não estejam em pleno funcionamento e que comprometam a dosagem correta do produto na água;

21.17 Durante a vigência do contrato, toda manutenção nos bens fornecidos em comodato será de responsabilidade da contratada;

21.18 A utilização dos produtos objetos desta licitação no Tratamento de Água não deverão provocar alterações nos padrões de potabilidade definidos pela Portaria n° 2914 de 12/12/2011 do Ministério da Saúde ou outra que a substitua;

21.19 No ato da assinatura do contrato apresentar:

21.19.1 Licença Ambiental de operação/funcionamento, em nome da licitante, expedida pelo órgão fiscalizador competente de acordo com a Lei Federal 9605/98, que trata de legislação ambiental brasileira – crimes ambientais e legislação estadual que dispõe sobre a matéria;

21.19.2 Alvará de Funcionamento, expedido pela prefeitura, ou outro órgão com competência para esta função;

21.19.3 Ficha de informação de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ), conforme legislação vigente;

21.19.4 A SEMASA poderá realizar visitas nas instalações do Licitante e de qualquer de seus sub-fornecedores de forma a verificar “in loco” a sua capacidade técnica e de produção de materiais. Este



procedimento, também poderá ser adotado no caso de Proposta apresentada em nome de representante ou revendedor, onde o SEMASA poderá realizar visitas nas instalações do fabricante do material ofertado;

21.20 O Licitante estará automaticamente declarando que possui plena capacidade de fornecimento para a SEMASA de no mínimo 30% (trinta por cento) acima do volume médio mensal (volume médio mensal=volume licitado/12(doze)), em quilogramas por mês;

21.20 Condições de transporte e entrega:

21.20.1 O transporte do produto é de responsabilidade da Proponente vencedora e os veículos deverão estar devidamente identificados conforme Normas ABNT/Ministério dos transportes e ainda deverão estar em boas condições de conservação e rodagem, de acordo com a Legislação de trânsito pertinente;

21.20.2 O produto deverá ser transportado em caminhões tanque específicos, devidamente limpos e apropriados para o produto, que não contenham resíduos ou quaisquer evidências de substâncias tóxicas ou nocivas que possam provocar ao produto alterações nas suas características físicas e químicas, adequadamente equipados para este fim e que atendam todas as normas de segurança no manuseio e transporte;

21.20.3 A contratada se obriga a dar conhecimento a seus transportadores, próprios ou contratados, dos termos destas condições de fornecimento;

21.20.4 O descarregamento do produto só será permitido após análises e aprovação do produto por parte da SEMASA com a finalidade da mesma de verificar se as características do produto atendem as especificações solicitadas no momento da entrega;

21.20.5 O funcionário da empresa transportadora do produto deverá estar munido com EPI's, de acordo com a legislação, tais como: calçado fechado, macacão ou avental impermeável, óculos de proteção e luvas, sem os quais as descargas/entregas não serão permitidas;

21.20.6 As operações de carga, transporte e descarga do material ocorrerão por conta da contratada de acordo com os critérios e diretrizes da SEMASA;

21.20.7 A SEMASA recolherá uma amostra do produto, a qual poderá ser analisada de acordo com as recomendações da Norma Técnica Brasileira (ABNT), para verificação da especificações solicitadas neste edital. Caso a amostra não atenda às exigências deste Edital, a empresa contratada deverá recolher o produto descarregado, sendo obrigatório o fornecimento de novo lote em conformidade com o Edital, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, sem quaisquer custos a SEMASA, ou seja, de total responsabilidade e ônus da contratada;

21.20.8 Os produtos deverão ser entregues, por conta e risco da contratada, na ETA –Estação de Tratamento de Água, situada na Avenida 1º de Maio, nº 1700, Bairro Popular, Lages/SC, no horário das 8 às 11 horas e das 13 às 17 horas, de segunda à sexta-feira;

21.20.9 Os produtos deverão ser entregues à temperatura ambiente. Qualquer dano causado ao sistema, devido à temperatura elevada, será de responsabilidade da contratada;

21.20.10 Os Relatórios ou Laudos de Análise de composição físico-química, conforme parâmetros especificados neste edital cada produto, deverão ser realizados por lote e deverão acompanhar a nota fiscal na entrega do produto à SEMASA;

21.20.11 Apresentar Certificado de análise do produto com a identificação (nome, lote, data de fabricação e de validade), os resultados analíticos, a metodologia empregada por parâmetro e os limites estabelecidos no edital;

21.21 Apresentar Laudo de atendimento dos requisitos de saúde, conforme Art. 13 da Portaria nº 2914/11 Ministério da Saúde, de 12 de dezembro de 2011 - Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, para o produto ofertado, com prazo de validade de 24 (vinte e quatro) meses;

21.21.1 Apresentar Laudo de atendimento do requisito à Norma Técnica 15784:2017 –“Produtos químicos utilizados no tratamento de água para consumo humano – Efeitos a Saúde – Requisitos”. Apresentar o relatório dos estudos realizados, contendo no mínimo as análises específicas para cada produto químico discriminadas nas tabelas de 1 a 4 da NBR 15.784, bem como o cálculo da CIPA e as conclusões referentes à aprovação do produto, de acordo com o que preconiza esta Norma. O Prazo de validade desses Estudos será de no máximo 02 (dois) anos, e para os parâmetros adicionais do Anexo II



– Padrão de Potabilidade para substâncias que representam risco à saúde, em conformidade com a Portaria nº 2914/11 do Ministério da Saúde;

21.21.2 Os referidos Laudos devem:

a) Informar a Dosagem Máxima de Uso (DMU) do produto químico.

Nota: O produto químico será aprovado quando a Concentração de Impureza Padronizada na Água para Consumo Humano (CIPA) for menor que a Concentração de Impureza Permissível por Produto (CIPP) - $CIPA < CIPP$ - para cada uma das impurezas analisadas;

b) Utilizar laboratório monitorado pelo INMETRO em BPL para realizar todas as coletas de amostras e análises de cada produto químico, conforme referido e especificado no item c. As amostras do produto devem ser representativas do Processo Industrial. A preparação das amostras e a metodologia das análises devem ser aquelas determinadas pela NBR 15.784.

22. DO REGISTRO DE PREÇOS

22.1 O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e/ou aquisição de materiais, para contratações futuras;

22.2 A Ata de Registro de Preços (ARP) é um documento vinculativo, obrigacional, com as condições de compromisso para a futura contratação, inclusive com preços, especificações técnicas, fornecedores e órgãos participantes, conforme as disposições contidas neste instrumento convocatório e nas respectivas propostas aduzidas;

22.3 Órgão Gerenciador é órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos do presente certame licitatório, bem como, pelo gerenciamento da futura Ata de Registro de Preços;

22.4 Órgão Participante é todo órgão ou entidade da Administração Pública que participa da presente licitação especial para Registro de Preços, bem como integre a futura Ata de Registro de Preços;

22.5 O Órgão Gerenciador do presente SRP será a Prefeitura do Município de Lages;

22.6 A existência de Registro de Preços não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de procedimento específico para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

23. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

23.1 Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

23.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;

23.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

23.4 As aquisições ou contratações adicionais acima citadas não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

23.5 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

23.6 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

23.7 Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.



24. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

24.1 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) sofrer sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93](#) e Diplomas Complementares, ou no [art. 7º da Lei nº 10.520/02](#);

24.2 O cancelamento do registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador;

24.3 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor.

25. DA CONTRATAÇÃO

25.1 Homologado o resultado da licitação, o Município de Lages, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de 20 (vinte) dias, que após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

25.2 A contratação com os fornecedores registrados será formalizada por intermédio da Ata de Registro de Preços e emissão de Autorização de Fornecimento e Empenho;

25.3 É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

25.4 A entrega dos produtos só estará caracterizada mediante o recebimento da autorização de fornecimento pelo fornecedor;

25.5 O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata, mesmo que as entregas deles decorrentes estejam previstas para data posterior à do seu vencimento;

25.6 A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

26. DO DIREITO DE RESERVA:

26.1 O Município de Lages, reserva-se ao direito, de revogar o certame por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;

26.2 Aceitar os produto(s) nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e conseqüente aceitação;

26.3 O(s) produto(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no Art. 76 da Lei de Licitações.

27. DAS PENALIDADES E SANÇÕES:

27.1 Consoante o disposto no art. 77 da Lei 8.666/93, a inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei;

27.2 Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;



27.3. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

27.4 No caso de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços ou, deixar de apresentar documentos solicitados para a contratação ou, recusar-se a fazê-los no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) da sua Proposta de Preços e das demais sanções previstas em lei, o Município se reserva ao direito de convocar outro Licitante, observada a ordem de classificação, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o Licitante para obtenção de preço menor;

27.5 Constatada a inveracidade de quaisquer das informações ou documentos fornecidos pela licitante, poderá ela, resguardados os procedimentos legais, sofrer as sanções abaixo, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente:

- a) Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória. Cancelamento do registro na Ata;
- b) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de fornecer a Administração Pública por prazo de até 5 (cinco) anos;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

28.1 No interesse do Município de Lages, sem que caiba à(s) Participante(s) qualquer reclamação ou indenização, poderá(ão) ser:

- a) adiada a abertura da licitação;
- b) alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;
- c) filmadas e/ou gravadas as sessões e este meio ser utilizado como prova;

28.2 Para efeito de publicidade, o resultado final da licitação será disponibilizado no Diário Oficial dos Municípios, no endereço: www.diariomunicipal.sc.gov.br e no site da Prefeitura www.lages.sc.gov.br.

29. DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente Edital, independentemente de qual seja o domicílio do Licitante.

Lages, 20 de novembro de 2017.

Reno Rogério de Camargo
Pregoeiro

Antônio Cesar Alves de Arruda
Secretário de Administração

Jurandi Agustini
Secretário da Semasa



ANEXO I

ATA REGISTRO DE PREÇOS N° _ PREGÃO PRESENCIAL N° 09/2017 PROCESSO N°17/2017

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de 2017, **O MUNICÍPIO DE LAGES / SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA**, através do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, lavra a presente **Ata de Registro de Preços (ARP)**, referente ao Pregão 09/2017 – PML, observadas as especificações, os preços, os quantitativos e os fornecedores classificados na licitação, bem como, as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta ata em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz das regras inseridas na Lei nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06 e Alterações Posteriores, no Decreto 7.892/2013 e pelo Edital, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Produtos Químicos, sendo os produtos pertinentes aos itens 1, 2, 3 e 5 acompanhados dos respectivos Equipamentos em caráter de Comodato, para o Tratamento da Água - exercício 2018, em conformidade com o prescrito no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 De Início: contar-se-á da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, decorrente;

2.2 De Execução: de até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 De Entrega(s) e Local(is): em até 07 (sete) dias, incluindo descarregamento, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões) da SEMASA, em local a ser indicado pela Secretaria;

2.4 De Instalação dos equipamentos em comodato: em até 10 (dez) dias, a contar da(s) solicitação(ões) da SEMASA;

2.5 Do Recebimento: provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação, para ulteriormente passar recibo definitivo ou provisório, se for o caso;

2.6 Da Ata de Registro de Preços: sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLAUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS

3.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 09/2017.

EMPRESA						
CNPJ						
ITEM	QUANT	UNID.	ESPECIFICAÇÕES	MARCA	UNIT. (R\$)	TOTAL (R\$)
					TOTAL GERAL	



CLAÚSULA QUARTA – DO(S) PAGAMENTO(S)

4.1 Será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias, à vista da(s) planilha(s) de execução e nota(s) fiscal(is), decorrente(s), nos termos do art. 40, XIV, “a” da Lei 8.666/93;

4.2 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo.

4.3 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira será o IGP-M, em conformidade com art. 55, III da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS:

5.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

5.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

6.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

6.4 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.5 Caso o Município de Lages já tenha emitido a Nota de Empenho respectiva, para que a Empresa realize a entrega do produto, e a Empresa ainda não tenha solicitado a revisão de preços, esta não incidirá sobre o pedido já formalizado e empenhado;

5.6 O Município de Lages terá o prazo de até 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos. Durante esse período a Empresa deverá efetuar a(s) entrega(s) do(s) pedido(s) pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que a revisão seja julgada procedente pelo Município;

5.7 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira será o IGP-M, em conformidade com art. 55, III da Lei 8.666/93.

CLAÚSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) EMPRESA(S) REGISTRADA(S):

6.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Edital, de seu(s) Anexo(s) e da Ata de Registro de Preços, decorrente;

6.2 Assinar e devolver a Ata de Registro de Preços em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada em assinar/devolver a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a empresa às penalidades legalmente estabelecidas;

6.3 Respeitar, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, os termos do edital e de seu(s) Anexo(s);

6.4 Manter, durante toda a execução a Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;

6.5 Entregar os produtos, acompanhado(s) do Laudo de Análise, com número do Lote, com Data de fabricação e Validade;



6.6 Das Obrigações para Item 01 - Cloro Gás: Apresentar, em cada entrega, o certificado de conformidade da composição Físico-Química do produto;

6.6.1 A visita técnica as instalações SEMASA é opcional mediante agendamento. As intervenções civil será por conta da SEMASA e durante os 12 meses a responsabilidade de toda a instalação e equipamentos será por conta da CONTRATADA e após os 12 meses todo o sistema fará parte do patrimônio da SEMASA;

6.7 Das Obrigações para o Item 02 - Ácido Fluossilícico: Apresentar, em cada entrega, o Certificado de conformidade da composição Físico-Química do produto. Apresentar a cada 03 meses Laudo de análise nos valores máximos permissíveis, em mg/Kg, dos seguintes elementos (toxicidade): Arsênio, Prata, Selênio (Máximo de 80,0 mg/kg cada elemento), Cádmiio (Máximo de 10,0 mg/kg), Chumbo (Máximo de 20,0 mg/kg), Cromo (Máximo de 30,0 mg/kg), Mercúrio (Máximo de 80,0 mg/kg), Prata (Máximo de 80,0 mg/kg) e Selênio (Máximo de 80,0 mg/kg);

6.8 Das Obrigações para o item 03 - Policoreto de Alumínio Catiônico: Apresentar, em cada entrega, o Certificado de Conformidade da composição Físico-Química do produto. Apresentar a cada 03 meses Laudo de Análise nos valores máximos permissíveis, em mg/Kg, dos seguintes elementos (toxicidade): Arsênio (máximo de 4,4 mg/Kg), Bário (máximo de 311,1 mg/Kg), Cádmiio (máximo de 2,2 mg/Kg), Cromo (máximo de 22,2 mg/Kg), Chumbo (máximo de 4,4 mg/Kg), Mercúrio (máximo de 0,4 mg/Kg), Selênio (máximo de 4,4 mg/Kg), Prata (máximo de 22,2 mg/Kg);

6.9 Os materiais deverão ser entregues e estar operando no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato e de igual período para retirada no caso de mudança de fornecedor;

6.10 Durante a vigência do contrato, toda manutenção nos bens fornecidos em comodato será de responsabilidade da contratada;

6.11 A contratada tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para providenciar a manutenção, troca, reposição dos materiais, peças, componentes e semelhantes que não estejam em pleno funcionamento e que comprometam a dosagem correta do produto na água;

6.12 Serão por conta da CONTRATADA, o frete, descarregamento na obra, montagem, star-up do sistema, instalações hidráulicas e elétricas;

6.13 Serão por conta da CONTRATANTE, as obras civis, sendo a execução da base em concreto nas dimensões do projeto e cargas definidas e entregues pela Contratada;

6.14 Das Obrigações para o Item 04 – Hipoclorito de Sódio:

6.14.1 Apresentar, em cada entrega, o Certificado de Conformidade da composição Físico-Química do produto;

6.15 Das Obrigações para o item 05 - Hidróxido de cálcio em Suspensão aquosa:

6.15.1 Apresentar, em cada entrega, o Certificado de Conformidade da composição Físico-Químico do produto. Apresentar a cada 06 meses Laudo de Análise nos Valores permissíveis para Dioxinas, Furanos, Impurezas Metálicas pesados, Fluoretos e Radionuclídeos de acordo com a ABNT NBR n°2914/2011;

6.15.2 Os produtos químicos para o tratamento da água, não deverão provocar alterações nos padrões de potabilidade definidos pela Portaria n° 2914 de 12/12/2011 do Ministério da Saúde ou outra que a substitua;

6.16 A contratada tem o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para providenciar a manutenção, troca, reposição dos materiais, peças, componentes e semelhantes que não estejam em pleno funcionamento e que comprometam a dosagem correta do produto na água;

6.17 Durante a vigência do contrato, toda manutenção nos bens fornecidos em comodato será de responsabilidade da contratada;

6.18 A utilização dos produtos objetos desta licitação no Tratamento de Água não deverão provocar alterações nos padrões de potabilidade definidos pela Portaria n° 2914 de 12/12/2011 do Ministério da Saúde ou outra que a substitua;

6.19 No ato da assinatura do contrato apresentar:

6.19.1 Licença Ambiental de operação/funcionamento, em nome da licitante, expedida pelo órgão fiscalizador competente de acordo com a Lei Federal 9605/98, que trata de legislação ambiental brasileira – crimes ambientais e legislação estadual que dispõe sobre a matéria;



6.19.2 Alvará de Funcionamento, expedido pela prefeitura, ou outro órgão com competência para esta função;

6.19.3 Ficha de informação de Segurança de Produtos Químicos (FISPO), conforme legislação vigente;

6.19.4 A SEMASA poderá realizar visitas nas instalações do Licitante e de qualquer de seus sub-fornecedores de forma a verificar “in loco” a sua capacidade técnica e de produção de materiais. Este procedimento, também poderá ser adotado no caso de Proposta apresentada em nome de representante ou revendedor, onde o SEMASA poderá realizar visitas nas instalações do fabricante do material ofertado;

6.20 O Licitante estará automaticamente declarando que possui plena capacidade de fornecimento para a SEMASA de no mínimo 30% (trinta por cento) acima do volume médio mensal (volume médio mensal=volume licitado/12(doze)), em quilogramas por mês;

6.20 Condições de transporte e entrega:

6.20.1 O transporte do produto é de responsabilidade da Proponente vencedora e os veículos deverão estar devidamente identificados conforme Normas ABNT/Ministério dos transportes e ainda deverão estar em boas condições de conservação e rodagem, de acordo com a Legislação de trânsito pertinente;

6.20.2 O produto deverá ser transportado em caminhões tanque específicos, devidamente limpos e apropriados para o produto, que não contenham resíduos ou quaisquer evidências de substâncias tóxicas ou nocivas que possam provocar ao produto alterações nas suas características físicas e químicas, adequadamente equipados para este fim e que atendam todas as normas de segurança no manuseio e transporte;

6.20.3 A contratada se obriga a dar conhecimento a seus transportadores, próprios ou contratados, dos termos destas condições de fornecimento;

6.20.4 O descarregamento do produto só será permitido após análises e aprovação do produto por parte da SEMASA com a finalidade da mesma de verificar se as características do produto atendem as especificações solicitadas no momento da entrega;

6.20.5 O funcionário da empresa transportadora do produto deverá estar munido com EPI's, de acordo com a legislação, tais como: calçado fechado, macacão ou avental impermeável, óculos de proteção e luvas, sem os quais as descargas/entregas não serão permitidas;

6.20.6 As operações de carga, transporte e descarga do material ocorrerão por conta da contratada de acordo com os critérios e diretrizes da SEMASA;

6.20.7 A SEMASA recolherá uma amostra do produto, a qual poderá ser analisada de acordo com a recomendações da Norma Técnica Brasileira (ABNT), para verificação da especificações solicitadas neste edital. Caso a amostra não atenda às exigências deste Edital, a empresa contratada deverá recolher o produto descarregado, sendo obrigatório o fornecimento de novo lote em conformidade com o Edital, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, sem quaisquer custos a SEMASA, ou seja, de total responsabilidade e ônus da contratada;

6.20.8 Os produtos deverão ser entregues, por conta e risco da contratada, na ETA –Estação de Tratamento de Água, situada na Avenida 1º de Maio, nº 1700, Bairro Popular, Lages/SC, no horário das 8 às 11 horas e das 13 às 17 horas, de segunda à sexta-feira;

6.20.9 Os produtos deverão ser entregues à temperatura ambiente. Qualquer dano causado ao sistema, devido à temperatura elevada, será de responsabilidade da contratada;

6.20.10 Os Relatórios ou Laudos de Análise de composição físico-química, conforme parâmetros especificados neste edital cada produto, deverão ser realizados por lote e deverão acompanhar a nota fiscal na entrega do produto à SEMASA;

6.20.11 Apresentar Certificado de análise do produto com a identificação (nome, lote, data de fabricação e de validade), os resultados analíticos, a metodologia empregada por parâmetro e os limites estabelecidos no edital;

6.21 Apresentar Laudo de atendimento dos requisitos de saúde, conforme Art. 13 da Portaria nº 2914/11 Ministério da Saúde, de 12 de dezembro de 2011 - Dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, para o produto ofertado, com prazo de validade de 24 (vinte e quatro) meses;



6.21.1 Apresentar Laudo de atendimento do requisito à Norma Técnica 15784:2017 –“Produtos químicos utilizados no tratamento de água para consumo humano – Efeitos a Saúde – Requisitos”. Apresentar o relatório dos estudos realizados, contendo no mínimo as análises específicas para cada produto químico discriminadas nas tabelas de 1 a 4 da NBR 15.784, bem como o cálculo da CIPA e as conclusões referentes à aprovação do produto, de acordo com o que preconiza esta Norma. O Prazo de validade desses Estudos será de no máximo 02 (dois) anos, e para os parâmetros adicionais do Anexo II – Padrão de Potabilidade para substâncias que representam risco à saúde, em conformidade com a Portaria nº 2914/11 do Ministério da Saúde;

6.21.2 Os referidos Laudos devem:

b) Informar a Dosagem Máxima de Uso (DMU) do produto químico.

Nota: O produto químico será aprovado quando a Concentração de Impureza Padronizada na Água para Consumo Humano (CIPA) for menor que a Concentração de Impureza Permissível por Produto (CIPP) - $CIPA < CIPP$ - para cada uma das impurezas analisadas;

b) Utilizar laboratório monitorado pelo INMETRO em BPL para realizar todas as coletas de amostras e análises de cada produto químico, conforme referido e especificado no item c. As amostras do produto devem ser representativas do Processo Industrial. A preparação das amostras e a metodologia das análises devem ser aquelas determinadas pela NBR 15.784.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONTRATAÇÃO

7.1 Homologado o resultado da licitação, o Município de Lages, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de 10 (dez) dias, que após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

7.2 A contratação com os fornecedores registrados será formalizada por intermédio da Ata de Registro de Preços e emissão de Autorização de Fornecimento e Empenho;

7.3 É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

7.4 A entrega dos produto(s) só estará caracterizada mediante o recebimento da autorização de fornecimento pelo fornecedor;

7.5 O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata, mesmo que as entregas deles decorrentes estejam previstas para data posterior à do seu vencimento;

7.6 A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições;

7.7 De acordo com a Portaria nº 1690/2017 do Município de Lages e o Art. 67 da Lei 8.666/93, a execução do contrato deve ser acompanhada e fiscalizada por um responsável, neste caso, o responsável pela Fiscalização e gestão do contrato é o Sr. Charliston Drehmer.

CLÁUSULA OITAVA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

8.2 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;

8.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;



8.4 As aquisições ou contratações adicionais acima citadas não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

8.5 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quántuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

8.6 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

8.7 Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLAÚSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) sofrer sanção prevista nos [incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93](#) e Diplomas Complementares, ou no [art. 7º da Lei nº 10.520/02](#).

9.2 O cancelamento do registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador;

9.3 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1 Consoante o disposto no art. 77 da Lei 8.666/93, a inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei;

10.2 Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, pelo adjudicatário, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

10.3. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

10.4 No caso de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços ou, deixar de apresentar documentos solicitados para a contratação ou, recusar-se a fazê-los no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) da sua Proposta de Preços e das demais sanções previstas em lei, o Município se reserva ao direito de convocar outro Licitante, observada a ordem de classificação, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o Licitante para obtenção de preço menor;

10.5 Constatada a inveracidade de quaisquer das informações ou documentos fornecidos pela licitante, poderá ela, resguardados os procedimentos legais, sofrer as sanções abaixo, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente:

- a) Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória. Cancelamento do registro na Ata;



- b) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de fornecer a Administração Pública por prazo de até 5 (cinco) anos;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que o fornecedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes ou depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO DIREITO DE RESERVA

11.1 O Município de Lages, reserva-se ao direito, de revogar o certame por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;

11.2 Aceitar os produto(s) nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

11.3 O(s) produto(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no Art. 76 da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram da presente Ata de Registro de Preço, independentemente de qual seja o domicílio do Licitante, para dirimir dúvidas ou questões que não encontrem forma de resolução entre as partes, sendo esse foro irrenunciável pela CONTRATANTE, diante do que dispõe o art. 109, inciso I, da Constituição Federal. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto 3.555/2000, alterada, e demais normas aplicáveis. E, por estarem assim justos e acordados, assinam as partes o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que abaixo, também, subscrevem.

LAGES, SC, em de de 2017

Prefeito

Empresa Registrada/Contratada

Visto da Progem



ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

REF.: Pregão Presencial nº 09/2017

OBJETO: Aquisição de Produtos Químicos e caráter de Comodato, para o Tratamento da Água - exercício 2018.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO MÁXIMO	VALOR TOTAL ESTIMADO MÁXIMO
1	Cloro Gás, Alta pureza, para desinfecção de água, conforme estabelece a Portaria nº 2914/11 do Ministério da Saúde.	Kg	45.000,00Kg	R\$11,88	R\$534.600,00
2	Ácido fluossilícico 20%, para fluoretação de água, conforme estabelece a Portaria nº 2914/11 do Ministério da Saúde.	Kg	95.000,00Kg	R\$1,49	R\$141.550,00
3	PAC- Policloreto de Alumínio Catiónico 18%	Kg	345.000,00Kg	R\$2,19	R\$755.550,00
4	Hipoclorito de Sódio 10% – NaOCI	Kg	7.000,00Kg	R\$2,34	R\$16.380,00
5	Hidróxido de cálcio em suspensão aquosa para correção de pH da água, conforme padrões estabelecidos pela Portaria nº 2914/11 do Ministério da Saúde.	Kg	260.000,00Kg	R\$1,1275	R\$293.150,00
			Total Estimado		R\$ 1.741.230,00

- Descrição das especificações e quantitativos dos Produtos Químicos para o Tratamento da Água no exercício de 2018:

Item	Descrição	Quantidade
01	<p>Cloro Gás, Alta pureza, para desinfecção de água, conforme estabelece a Portaria nº 2914/11 do Ministério da Saúde.</p> <p><u>Composição Físico-química:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Cloro Ativo > 99,5% V/V Cl₂.• Umidade < 50 ppm de H₂O.• Ferro < 10 ppm de Fe.• Resíduo não volátil < 75 ppm de RNV. <p>Fornecimento: Cilindros de 900 Kg.</p>	45.000,00Kg
02	<p>Ácido fluossilícico 20%, para fluoretação de água, conforme estabelece a Portaria nº 2914/11 do Ministério da Saúde.</p> <p><u>Composição Físico-química:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Concentração (g/L): Mínima 235 g/L.• Fórmula: H₂SiF₆• Teor mínimo de H₂SiF₆: 20%• Teor mínimo de Flúor: 15%• Acidez Livre (expressa em HF): Máxima de 1,0%• Aspecto: líquido límpido de incolor a amarelado• Materiais em Suspensão: Isento• Densidade: mínima de 1,17 g/ml <p><u>Toxicidade:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Arsênio (As) Prata (Ag), Selênio (Se): Máximo de 80,0 mg/kg	95.000,00Kg



	<ul style="list-style-type: none">• Cádmio (Cd): Máximo de 10,0 mg/kg• Chumbo (Pb): Máximo de 20,0 mg/kg• Cromo (Cr): Máximo de 30,0 mg/kg• Mercúrio (Hg): Máximo de 80,0 mg/kg• Prata (Ag): Máximo de 80,0 mg/kg• Selênio (Se): Máximo de 80,0 mg/kg <p>Fornecimento: A granel em caminhão carreta com capacidade superior a 10.000 litros.</p>	
03	<p>PAC- Policloreto de Alumínio Catiônico 18% <u>Composição Físico-química:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Aspecto: Líquido Viscoso Límpido• % de Al_2O_3: de 16 à 20• Basicidade: de 40% até 68% (verificar)• Densidade a 25°C: 1,33g/cm³ à 1,38g/cm³• O produto deve ser isento de materiais estranhos visíveis ou sedimentos.• pH à 1% (ml/V): 2,50 a 5,50• Sedimentação no Cone Inhoff após uma 1 hora na amostras do caminhão: máximo 1 mL.L/h• Turbidez: máxima 50 NTU• Ácido Clorídrico (HCl): máximo de 1,0%• Coloração: de âmbar a castanho• Dosagem máxima considerada para toxicidade (para tratamento de água de abastecimento público): 225 mg/L• Concentração máxima de Ferro: 70 mg/kg <p><u>Toxicidade:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Arsênio (As): máximo de 4,4 mg/kg• Bário (Ba): máximo de 311,1 mg/kg• Cádmio (Cd): máximo de 2,2 mg/kg• Cromo (Cr): máximo de 22,2 mg/kg• Chumbo (Pb): máximo de 4,4 mg/kg• Mercúrio (Hg): máximo de 0,4 mg/kg• Selênio (Se): máximo de 4,4 mg/kg• Prata (Ag): máximo de 22,2 mg/kg• O produto não pode apresentar nenhum tipo de sedimentação nos tanques de estocagem da Semasa.• Deve ter registro no CHEMICAL ABSTRACT SERVICE (número do CAS). <p>Fornecimento: A granel em caminhão carreta com capacidade superior a 10.000 litros.</p>	380.000,00Kg
04	<p>Hipoclorito de Sódio 10% – NaOCl <u>Composição Físico-química:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Cloro Ativo Mínimo: 10%• pH maior que 11,0• Densidade: 1,16 à 1,20 g/cm³• As bombonas utilizadas devem ser exclusivas de hipoclorito (60L). <p>Fornecimento: Em bombonas de 50 ou 60 kg.</p>	7.000,00Kg
05	<p>Hidróxido de cálcio em suspensão aquosa para correção de pH da água, conforme padrões estabelecidos pela Portaria nº 2914/11 do Ministério da Saúde. <u>Composição Físico-química:</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Teor de $Ca(OH)_2$: 28% a 32%• Substâncias reativas ao HCl - $CaCO_3$ m/m: 1,80% (máximo);• Sílica + Resíduo Insolúvel – SiO_2 + RI: 0,50% (máximo);• Hidróxido de Magnésio - $Mg(OH)_2$: 1,20% (máximo);• Estabilidade da suspensão 24h: 95,00% (mínimo);• Massa específica: 1,10 a 1,30 g/mL;• Retido em peneira de 0,075 mm: 1,50% (máximo);• Viscosidade copo Ford 06 mm: 17 segundos (máximo);	260.000,00Kg



<ul style="list-style-type: none">• Dioxinas e Furanos, Impurezas Metálicas / Metais pesados, Fluoreto, Radionuclídeos: Em conformidade com a ABNT NBR Nº 15784/2014 e portaria do MS nº 2914/2011;• Aspecto: branco leitoso e inodoro.• Dosagem máxima de uso (DMU) para tratamento de água de abastecimento público: 550 mg/L. <p>Fornecimento: A granel em caminhão carreta com capacidade superior a 10.000 litros.</p>	
--	--

- **Para o item 03 - PAC- Policloreto de Alumínio Catiônico 18%** - Desenho orientativo do processo a ser instalado pela CONTRATADA (deve ser realizada visita técnica na Estação de Tratamento de Água de Lages, a fim de verificar outras variantes como local onde serão instalados os tanques e tirar medidas reais):

